



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DO RIO DE JANEIRO. Às quinze horas do dia quatro de agosto de dois mil e vinte e dois, o Conselho Municipal de Política Cultural do Rio de Janeiro reúne seus membros integrantes em caráter ordinário na modalidade virtual, com sala remota via internet, participando: Adair Rocha, Álvaro Maciel, Andréa Chiesorin, Bianca Toledo, Ellen Costa, Izaira Franca, Julia Franca, Katia Pires, Marcus Faustini, Paloma Goulart, Rosa Perdigão, Suelyemma Franco e Wallace Magalhães. Justificado o uso da alternativa virtual em função do Decreto Nº 47.247 de 12 de março de 2020, a sala é aberta trinta minutos antes das quinze horas e os participantes são admitidos na sala virtual. O encontro é transmitido pelo canal desta Secretaria no Youtube. Após quinze minutos de tolerância, Jeferson Rufino, do Apoio Técnico da Secretaria Executiva, dá início ao encontro saudando os presentes, justificando a ausência de Roberta Canêjo, Secretária Executiva do Conselho, por questões pessoais e informando que, até o presente momento, não há quórum para realização da reunião em primeira chamada, conforme Regimento Interno deste Conselho. Os presentes estiveram de acordo e na tentativa de atingir o quórum, o período de tolerância foi aumentado em cinco minutos, como sugerido pelos representantes da Secretaria Municipal de Cultura - SMC. A partir do ingresso de novas representações, a reunião foi iniciada e as pautas previstas foram apresentadas: Plano Municipal de Cultura e a criação do Grupo de Trabalho da Lei Paulo Gustavo. Antes de iniciar as pautas, foram feitas falas pelo presidente e pela vice-presidente do Conselho. O presidente, Marcus Faustini, saúda os presentes, dizendo que os trâmites das licitações para o processo eleitoral estão caminhando e que vem sendo, semanalmente, atualizado pela equipe responsável. Na tentativa de ser mais objetivo e adiantar a importância da discussão do tema, o presidente diz estar preocupado sobre a situação da Lei Paulo Gustavo e informa ter trazido um panorama de decisões a serem dialogadas e compartilhadas em relação a essa Lei. Acrescenta que a tomada de decisões corretas sobre esse assunto pode trazer a Cidade do Rio de Janeiro recursos importantes à cultura. O Professor Adair Rocha pede a palavra, questionando se há alguma informação sobre o outro ponto de pauta: o Plano Municipal de Cultura - PMC. O

Secretário, Marcus Faustini, diz que o Plano segue sendo analisado pela Secretaria Municipal de Fazenda - SMF, sob constantes abordagens por parte SMC sobre o status dessa análise, sem que haja previsão para o fim desta etapa. Após fala inicial do Secretário, foi realizada a fala da vice-presidente, Rosa Perdigão. Ela saúda os presentes, agradece a presença de todos e pede que sejam iniciadas as pautas, visto a urgência que foi apresentada pelo Secretário e também sobre o posicionamento do mesmo sobre o tema do PMC, mas dizendo que gostaria de entender quais os esforços que podem ser feitos pelo colegiado na tentativa de entender e sanar os problemas em relação ao Plano, visto que a entrega do plano é um dos principais objetivos dos atuais conselheiros para com a cultura da Cidade. Após as falas iniciais, a conselheira Julia Franca pediu a fala. Ela pede que seja feita uma reflexão sobre o estado atual do Conselho, no sentido do esvaziamento e cansaço demonstrado nos últimos encontros, ressaltando a importância da realização do processo eleitoral e a necessidade de entender o andamento dos trabalhos que vêm sendo realizados sobre o tema. Julia Franca diz ser cômodo para o poder público tocar um Conselho que não funciona direito e, segundo ela, não está funcionando direito em função de uma série de fatores, entre eles o cansaço dos representantes da sociedade civil, o fato do poder público não atender a solicitações simples, entre outros motivos. Julia Franca pede esclarecimentos sobre dois pontos realizados na gestão anterior e que deveriam ter tido continuidade, são eles: o mapeamento da cultura e o cronograma do processo eleitoral. Além disso, a conselheira diz ter uma dúvida, mas não sabe em que momento deveria apresentá-la, sobre a PL 28/2021, sobre as condições para implementação de um equipamento cultural no Campus da Praia Vermelha, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Rosa Perdigão concorda com a fala da conselheira Julia Franca e faz uma breve explicação sobre o desgaste e o afunilamento do Conselho aos presentes e àqueles que participam da transmissão do encontro. Sobre os questionamentos da conselheira, Rosa explica que será dado prosseguimento aos pedidos de inscrição e, posteriormente, será dado encaminhamento aos temas propostos pela conselheira ou, caso possível, o Secretário prestará os esclarecimentos ainda neste encontro. Igor Sebastian, representante da SMC, pede a fala para responder os questionamentos efetuados pela conselheira Julia Franca. Sobre o processo eleitoral, Igor Sebastian diz que a Secretaria aguarda um parecer da Procuradoria sobre o processo de licitação da produtora para que seja possível abrir a

licitação e contratação da produtora. Quanto ao cronograma, o representante da SMC diz que o documento já havia sido validado no Conselho, porém, em função do prazo necessário para realização de uma licitação, pode surgir a necessidade de ajustar as datas, mas sem alteração no formato aprovado. Sobre o mapeamento da cultura, o Secretário Marcus Faustini diz que o levantamento realizado anteriormente foi aproveitado na criação dos mapas e relatórios do Fomento à Cultura Carioca - FOCA e da Lei do ISS já com o recorte territorial. Esse novo mapa, segundo o Secretário, está sendo consolidado a partir do cruzamento das informações da Lei Aldir Blanc e das mudanças implementadas nos novos editais. A conselheira Julia Franca agradece a resposta do Secretário e ressalta a importância de que os dados sejam divulgados. O Secretário acrescenta que os dados referentes à Lei do ISS já estão disponíveis através do Portal do ISS e acredita que os dados referentes à Lei Aldir Blanc já tenham sido publicadas, pedindo que seja apurado e, novamente, divulgado aos conselheiros. Sanadas as dúvidas da conselheira Julia Franca, a palavra foi passada à conselheira Andréa Chiesorin. Ela ressalta a importância de retomar as reuniões do Conselho em formato presencial, devido a dificuldade de ingressar em uma reunião online, faz um questionamento sobre a existência de quórum e pendências referentes a pedidos realizados em encontros anteriores. A conselheira faz uma fala sobre o mapeamento citado anteriormente e o esforço realizado pelo Conselho para tornar esse mapeamento possível. Faz uma fala sobre a necessidade da renovação do Conselho, a partir da realização do processo eleitoral e diz temer que não seja possível sair dessa reunião com um GT formado em função do esgotamento dos representantes da sociedade civil para com o Conselho. Encerrada a colaboração da conselheira Andréa Chiesorin, a palavra foi passada ao conselheiro Álvaro Maciel. O conselheiro dá início a sua fala alertando sobre o não avanço em relação ao Sistema Municipal de Cultura e a importância do mesmo nesses momentos de tomada de decisão em relação à Lei Paulo Gustavo e Lei Aldir Blanc. Álvaro Maciel sugere que seja realizada uma cobrança ao gabinete do Prefeito em relação ao andamento do PMC, visto que a SMC sozinha não consegue dar conta, somado ao fato do Plano ser uma peça dentro do Sistema Municipal de Cultura. O conselheiro segue sua fala dizendo que existem muitos debates a serem realizados sobre o Sistema, mas desde que o mesmo exista corretamente, com todas suas ferramentas devidamente regulamentadas. Álvaro Maciel segue sua fala dizendo que a avaliação do Prefeito pode ser boa em outras

áreas, mas que falta o entendimento da importância da gestão no âmbito cultural e do Conselho para discussão e colaboração sobre esses temas. Rosa Perdigão pede a fala e reforça a necessidade de marcar um encontro junto ao Prefeito e diz aguardar uma posição da Secretaria sobre o pedido. Sem novos pedidos de inscrições, o Secretário Marcus Faustini pede a fala para comentar sobre os temas apresentados. Sobre o pedido de reunião com o Prefeito e como proposta de encaminhamento, o Secretário orienta que os Conselheiros redijam uma carta destinada ao Prefeito questionando sobre a situação do Plano e se compromete a entregá-la pessoalmente ao Prefeito, entendendo a importância da realização de um diálogo claro e objetivo com o mesmo. Sobre o processo eleitoral, Marcus Faustini diz que é necessário entender que os trâmites administrativos na gestão pública demandam tempo para serem concluídos, uma vez que os trabalhos do Conselho sobre o tema já foram discutidos, mas que o trabalho está sendo feito respeitando a burocracia e o controle sobre o assunto. O Secretário diz não concordar com a fala de que o Prefeito não concorda com a cultura, uma vez que no período da atual gestão muita coisa tem sido feita, novos editais sendo lançados, territorialização do orçamento, obras em equipamentos da cultura e outras medidas que estão sendo e ainda serão realizadas. Marcus Faustini completa dizendo que, em apuração com representantes do Fomento, foi informado que os dados referentes à Lei Aldir Blanc estão prontos e serão disponibilizados aos representantes do Conselho. O Secretário conclui sua fala pedindo para que a representante do Fomento faça uma apresentação sobre os possíveis cenários em relação à Lei Paulo Gustavo para que possam ser iniciadas as discussões sobre essa pauta. O conselheiro Adair Rocha, sobre a proposta de envio de uma carta ao Prefeito, esclarece que o intuito não é atacá-lo sobre ainda não ter sido aprovado a proposta do Plano ou a realização do processo eleitoral, mas alertá-lo sobre a importância desses temas. A conselheira Julia Franca pede reinscrição para realizar uma sugestão sobre a proposta de envio de uma carta ao Prefeito. Julia Franca diz que é importante a participação de um representante da Secretaria na construção desse documento na tentativa de agilizar esse processo. Sobre as falas do processo eleitoral, ela comenta que sua fala foi no sentido de alertar sobre a urgência do processo e não criticar o esforço ou falta dele por parte do poder público. A conselheira encerra sua colaboração reforçando o pedido de que as reuniões sejam presenciais. Encerradas as contribuições dos conselheiros, o Secretário pede que seja feita apresentação sobre os cenários e panoramas

da Lei Paulo Gustavo, a ser apresentada pela representante do Fomento Vanessa Neri. Antes de iniciar, o Secretário faz um alerta sobre o cronograma da Lei a partir do Governo Federal, mas que pode não ser o cronograma definitivo. Segundo ele, a perspectiva atual é que os valores devem ser empenhados até dezembro, caso contrário, os recursos retornarão ao Governo Federal. Marcus Faustini explica que, a partir desse cronograma, seria quase impossível seguir os trâmites de recebimento do recurso, análise da Procuradoria e abertura de editais. Marcus Faustini diz que existem duas preocupações iniciais, são elas: se o prazo será seguido pelo Governo Federal ou se pode ocorrer alguma prorrogação do mesmo. O Secretário explica que teve conversas com os deputados envolvidos nas discussões e foi informado que apesar das tentativas de prorrogação do prazo, não se sabe se juridicamente será possível. A apresentação que será realizada apresentará um calendário de organização da distribuição dos recursos para os municípios mais três diagnósticos de lançamento de editais com diferentes regras e prazos. Foram apresentados dois documentos. O primeiro em relação à Lei Paulo Gustavo e o segundo às propostas de cronograma. Os documentos serão disponibilizados aos conselheiros por e-mail. Encerradas as apresentações, o Secretário Marcus Faustini diz que essas seriam as propostas da Secretaria e que deverão ser discutidas por um GT específico, que se reúna de forma presencial, para que seja estudado e escolhido a melhor proposta para aplicação dos recursos. Não foram identificadas inscrições para participação no referido GT. A representante da Comissão de Cultura da Câmara, Bianca Toledo, pediu a palavra para fazer alguns questionamentos. Bianca Toledo concorda que os prazos apresentados são curtos e faz um questionamento sobre a utilização desses recursos no FOCA, o prazo para entrega de um plano de ação e pede que as apresentações sejam compartilhadas. Em resposta ao questionamento de Bianca Toledo, o Secretário Marcus Faustini diz que a distribuição desse recurso no FOCA, caso essa seja a opção mais adequada, após avaliação do GT, é que seja feita também uma proposta de distribuição dentro das linhas previstas no edital. Segundo ele, a distribuição igualitária pode não ser a mais justa. A palavra foi passada à conselheira Andréa Chiesorin. A conselheira relembra a metodologia utilizada pelos GTs formados para construção da primeira Lei Aldir Blanc e, a partir dessa experiência, seria importante trazer a colaboração de agentes externos na construção desse trabalho e diz que, infelizmente, não está disponível para ajudar nesse debate em função de outras atividades. A vice-presidente,

Rosa Perdigão, pede que os interessados em participar do GT se manifestem através do chat da ferramenta. Não houve nenhuma manifestação por parte dos conselheiros presentes. O Secretário Marcus Faustini diz que, não sendo possível formar um GT, sugere que a pauta seja encaminhada e que a Secretaria elabore novos materiais e propostas para trazer o debate na próxima reunião do Conselho. A vice-presidente, Rosa Perdigão, concorda com a proposta feita e acrescenta que, dessa forma, seria possível mobilizar os conselheiros que não puderam se fazer presente nesse encontro para fortalecer a discussão a ser realizada. Bianca Toledo sugere que nessas propostas a serem construídas pela Secretaria, sejam levadas em consideração as sugestões levantadas pela sociedade civil, que foram: a importância da distribuição orçamentária entre CNPJ e CPF, a distribuição territorial e o aumento no número de contemplados, o último ponto levantado pela conselheira Julia Franca. O Secretário Marcus Faustini diz que acompanhará de perto os trabalhos, a fim de assegurar que as questões levantadas sejam consideradas. O Secretário propôs uma nova reunião no dia 12 (doze) para apresentação do novo material, já considerando que o Governo Federal se manifestará no dia 10 (dez) como previsto e podendo também realizar qualquer ajuste que se faça necessário após novo parecer do Governo Federal. Os presentes se manifestaram favoráveis à convocação de uma reunião extraordinária com pauta única para o dia 12 (doze) de agosto às 10 (dez) horas. A conselheira Julia Franca pede a fala para realizar um informe sobre a situação do Canecão, que é um espaço de cultura e que diz respeito ao Conselho, e que possui um relatório que gostaria de apresentá-lo aos conselheiros. Em função de outra agenda, o Secretário Marcus Faustini sugere como encaminhamento que essa discussão ocorra na próxima reunião ordinária do Conselho. Mesmo entendendo a urgência da discussão do assunto, a conselheira Julia Franca, que propôs o tema, concorda com o encaminhamento e diz que encaminhará o material ao e-mail do Conselho para que os demais conselheiros possam tomar ciência do assunto para as discussões futuras. Sem mais assunto a ser tratado, a reunião foi encerrada às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos. Eu, Roberta Canêjo Monteiro da Silva, lavrei a presente ata que vai por mim assinada, pelo Presidente, a Vice-Presidente e Conselheiros presentes que desejam testemunhar o atesto deste documento.

